

JANEIRO 2022

e·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...
Cristina Campos

VICE-PRESIDENTE DA APIFARMA

Índice

EDITORIAL	03
ENTREVISTA COM... Cristina Campos, Vice-presidente da APIFARMA	04
NOTÍCIAS	11
EM DESTAQUE	14
LEGISLAÇÃO	15
PHARMA EM NÚMEROS	16



Dar Voz à Indústria Farmacêutica



O ano de 2022, que agora iniciou, vai ser de grandes desafios. Estamos prestes a eleger um novo Governo, num tempo de forte turbulência provocada pela COVID-19, apesar do sucesso da vacinação e da massiva aposta na testagem. Não é difícil antecipar que as perturbações provocadas pela crise pandémica, com os sobressaltos que se conhecem na vida empresarial, social, familiar, implicam que a Saúde estará entre as prioridades estratégicas do País, sendo que todos procuraremos tornar sustentável o desafio coletivo que enfrentamos.

A APIFARMA propõe, como é do vosso conhecimento, um plano de ação ambicioso. E é neste contexto que idealizámos a “e-pharma”, de periodicidade mensal, com o objetivo de darmos maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos nossos Associados e pela Indústria Farmacêutica.

Este novo instrumento de comunicação vai, certamente, permitir divulgar o valor do medicamento, das vacinas e do diagnóstico *in vitro* e reforçar o nosso Compromisso com as Pessoas para Mais e Melhor Vida.

Apresentaremos, mensalmente, uma grande entrevista, as principais notícias do setor representado pela APIFARMA, estudos recentes e um espaço editorial para dar voz, na primeira pessoa, aos rostos da Saúde e da Indústria Farmacêutica em Portugal.

Votos de um ano com saúde para todos.



| João Almeida Lopes

Presidente da APIFARMA

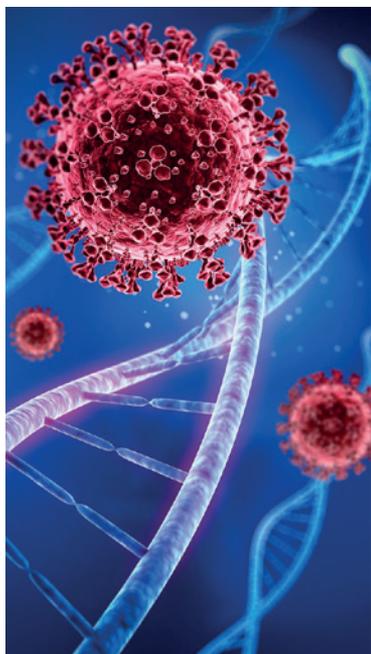


“Assumimos o nosso papel de cidadão corporativo na luta contra a pandemia.”

à conversa com...

Cristina Campos

Vice-presidente da APIFARMA, presidente do grupo Novartis Portugal e diretora da área de Integrated Access Programs & Markets da Novartis a nível global, Cristina Campos fala sobre a resposta da indústria farmacêutica à pandemia da COVID-19 e o seu impacto no sector. Aborda ainda os desafios para os próximos anos, em particular a importância da aposta na inovação.



COMO AVALIA A RESPOSTA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA À SITUAÇÃO PANDÉMICA?

Considero que a Indústria Farmacêutica (IF) respondeu de uma forma excelente à situação pandémica. Como nunca, uniram-se esforços para que rapidamente se pudesse colocar a inovação ao serviço das necessidades criadas pela COVID-19. Só assim foi possível uma resposta tão rápida, por exemplo ao nível do desenvolvimento de vacinas. Mas, para além disso, tenho de realçar o empenho da IF em garantir as respostas a todos os outros doentes, nomeadamente através da continuidade, sem ruturas, na cadeia do medicamento e no abastecimento ao mercado. Milhões de doentes em todo o mundo continuam a precisar de medicamentos para muitas doenças crónicas igualmente devastadoras.

No que diz respeito em particular à Novartis, assumimos o nosso papel de cidadão corporativo na luta contra a pandemia. Em Portugal, o nosso contributo centrou-se em aliar esforços para garantir que os recursos disponíveis contribuíssem para responder às reais necessidades sentidas no

terreno, quer no reforço das infraestruturas de saúde, quer na proteção dos profissionais de saúde mais expostos e na linha da frente, essenciais para cuidar não apenas dos doentes COVID-19, mas de todos os outros.

Concedemos vários apoios locais no âmbito do Fundo de Resposta COVID-19, um fundo internacional de 20 milhões de dólares criado pela empresa para apoiar as comunidades mais afetadas em todo o mundo. Para além disso, a Novartis participou ativamente em duas iniciativas de pesquisa transversais à indústria, o COVID-19 *Therapeutics Accelerator*, coordenado pela Fundação Bill & Melinda Gates, Wellcome e Mastercard, bem como uma parceria centrada na resposta à COVID-19 apoiada pelo Innovative Medicines Initiative (IMI). Também disponibilizámos 15 medicamentos que tratam os principais sintomas da COVID-19 a países de baixo e médio rendimento.



Por outro lado, gostaria ainda de reforçar que a IF foi também um exemplo na adaptação do modelo de trabalho a um contexto virtual, praticamente sem disrupções e no apoio e proteção dos seus colaboradores e famílias. A pandemia trouxe-nos novas formas de trabalhar, novos formatos de relacionamento e colaboração, internos e com os nossos clientes, e uma maior flexibilidade na gestão e equilíbrio da nossa agenda profissional e pessoal, que agrada aos colaboradores e que muitas das empresas farmacêuticas adotaram como benefício para os seus colaboradores.



***“Como nunca antes,
uniram-se esforços para
que rapidamente se pudesse
colocar a inovação ao
serviço das necessidades
criadas pela COVID-19.”***

É POSSÍVEL DARMOS MELHORES RESPOSTAS ÀS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS AO MESMO TEMPO QUE ASSEGURAMOS A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE?

Sem dúvida, esse equilíbrio consegue-se com cuidados de saúde baseados na entrega de valor aos doentes e à sociedade, para que esta seja mais saudável e produtiva. A tomada de decisão deverá ser centrada nas pessoas e na valorização do que realmente importa. Teremos de passar a valorizar indicadores de saúde mais abrangentes, por exemplo recuperações mais rápidas, menos readmissões, menos atos médicos desnecessários ou erráticos, em que a taxa de desperdício no sistema de saúde pode ser avaliada para que a gestão dos recursos seja feita de forma mais eficiente, incorporando variáveis de

enorme valor e permitindo reorientar investimentos para opções com maior retorno.

Na saúde baseada em valor, todos os atores do sistema são incentivados a oferecer os melhores resultados possíveis para os doentes, sistemas de saúde e sociedade. A realocação de recursos para as intervenções que agregam mais valor tem o potencial de melhorar a eficiência geral dos sistemas de saúde: melhora a qualidade do atendimento aos doentes, facilitando a identificação das melhores práticas e a redução de complicações evitáveis, proporcionando, assim, melhores resultados em saúde para os doentes; potencia maior eficiência e sustentabilidade dos sistemas de saúde, permitindo a avaliação comparativa do desempenho dos prestadores, bem como a redução do desperdício e dos tratamentos ineficazes e direciona as agendas de investigação e o investimento para as áreas certas, criando oportunidades para explorar novas áreas de investigação, alocando o investimento às intervenções que geram maior valor para os doentes, para o sistema de saúde e para a sociedade.

POR QUE É IMPORTANTE O MINISTÉRIO DA ECONOMIA RECUPERAR A SUA PARTE NA TUTELA DO SETOR DA SAÚDE?

Nos últimos anos ficou mais clara do que nunca a influência da saúde em todas as esferas da nossa sociedade, nomeadamente social e económica, diria até, como motor de um país.

A contribuição do setor da IF para a economia é também evidente. Por exemplo, o estudo “O Valor do Medicamento em Portugal”, de 2018, elaborado para a APIFARMA com a colaboração de consultores da McKinsey & Company, concluiu que os medicamentos inovadores acrescentam valor significativo para Portugal e trazem benefícios superiores à despesa total em fármacos.

O valor dos anos de vida saudável ganhos nas oito doenças* consideradas no estudo representa entre 5 a 7 mil milhões de euros/ano, acima do gasto total em medicamentos, situado nos 3,8 mil milhões de euros. O estudo concluiu ainda que, desde 1990, em

+ 2 milhões
de anos de vida saudável



medicamentos inovadores

“Os medicamentos inovadores foram responsáveis pelo acréscimo de 2 milhões de anos de vida saudável (DALY), dos quais 180 mil apenas no ano de 2016. Evitaram-se mais de 110 mil mortes e a esperança de vida foi prolongada até 10 anos.”

Portugal, os medicamentos inovadores foram responsáveis pelo acréscimo de 2 milhões de anos de vida saudável (DALY), dos quais 180 mil apenas no ano de 2016. Evitaram-se mais de 110 mil mortes e a esperança de vida foi prolongada até 10 anos. Também no plano social, os medicamentos inovadores permitiram que os doentes continuassem a ser produtivos, gerando cerca de 280 milhões de euros/ano em rendimento adicional para as famílias nas oito doenças estudadas, o que representa cerca de 1.000 euros/mês por família afetada.

É fundamental olhar para a inovação como um investimento e para as empresas farmacêuticas que a disponibilizam como aliadas, pelo benefício direto para os doentes individualmente, mas também pelo contributo para a sociedade e para a economia.

Assim, considero importante regular este setor também numa vertente de económica, assegurando que é suficientemente atrativo para garantir o crescimento do investimento. A

atratividade do setor e as decisões de investimento das empresas continuam a depender de vários fatores nos quais Portugal não se posiciona favoravelmente, nomeadamente no acesso à inovação, fundamental para a credibilização de Portugal como país amigo e promotor da inovação e da ciência, um fator determinante para o relançamento da nossa economia; na previsibilidade, é necessário um compromisso político para manter um enquadramento regulamentar estável, previsível e ágil, assim como na regularização da dívida, garantindo o financiamento necessário para o sistema de saúde.

*Nota: No estudo foram selecionadas oito áreas terapêuticas para avaliar os impactos humanos e sociais: Cancro do Pulmão de células não pequenas, Cancro Colo-Rectal, Esquizofrenia, Infecção pelo VIH/SIDA, Insuficiência Cardíaca, Diabetes, Artrite Reumatóide e Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica.

O QUE GOSTARIA QUE FOSSE DIFERENTE NA REGULAÇÃO DO PREÇO DO MEDICAMENTO EM PORTUGAL?

Destacaria novamente uma maior previsibilidade e compromisso político para manter um



enquadramento regulamentar estável e ágil. Agilizar a aprovação de reembolsos passa por evoluir os modelos tradicionais, incorporando fatores epidemiológicos específicos e repensar modelos ajustados às tecnologias farmacêuticas avançadas, garantindo também a afetação suficiente de recursos que permitam o acesso a todos os doentes. Para uma eficiente gestão destes investimentos, é necessário instituir modelos de decisão baseados no valor gerado, capazes de medir os benefícios (para doentes, sociedade e sistema de saúde) e que permitam apostar nas estratégias que geram maior valor.

Na Novartis concentramos os nossos esforços de I&D nas necessidades ainda por cumprir e nos resultados/*outcomes* que realmente importam e avaliamos e definimos o preço dos nossos medicamentos inovadores com base no valor que eles proporcionam, tendo em conta seis pilares: valor clínico; valor para o doente; valor para o sistema de saúde; valor para a sociedade; necessidade por cumprir; *affordability*. Sem esquecer a colaboração com Governos e todos os *stakeholders* relevantes para chegarmos a um entendimento mútuo dos benefícios da nossa inovação de forma a encontrarmos modelos de acesso e de pagamento adaptados a cada contexto/mercado.

COMO CARACTERIZA E AVALIA O MERCADO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS PERANTE OS CONGÊNERES EUROPEUS?

Realço como ponto positivo a aceleração da digitalização, sendo a saúde uma das áreas que mais podem beneficiar com novas soluções que facilitem a promoção da saúde e a gestão da doença. Por exemplo, desenvolvendo melhores redes de informação e de comunicação para médicos e para doentes. A inovação aberta é também uma excelente forma de potenciar alianças na saúde que possam responder às necessidades do sistema, evitando a duplicação de esforços e investimentos e garantindo que as tecnologias são desenvolvidas da maneira mais eficiente e eficaz possível. Creio que Portugal tem feito um caminho muito positivo nesta área,

assumindo a Digitalização com uma área estratégica da Presidência Europeia da UE, e vendo inclusivamente esse esforço reconhecido com uma subida de três posições no Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) da União Europeia, ocupando agora o 16.º lugar entre os 27 Estados-membros.

Infelizmente, não podemos dizer o mesmo quando nos centramos exclusivamente na saúde, onde é evidente a necessidade de reestruturação e investimento. Em Portugal, de acordo com a OCDE, as despesas de saúde *per capita* e as despesas de saúde como percentagem do PIB continuam inferiores à média da UE. Em 2019, Portugal gastou 2.314 de euros capita no domínio da saúde, o que





A APIFARMA LANÇOU, RECENTEMENTE, EM PARCERIA COM A AICIB, UM PORTAL DE ENSAIOS CLÍNICOS (EC), UM CLARO INCENTIVO À INVESTIGAÇÃO CLÍNICA EM PORTUGAL. QUAIS AS VANTAGENS IMEDIATAS DESTA FERRAMENTA PARA O CIDADÃO COM DOENÇA E, NO LONGO PRAZO, PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MEDICAMENTOS?

Atrair mais investimento em I&D, concretamente na área dos ensaios clínicos, é possível, mas o potencial está subaproveitado. O investimento em ensaios gera benefícios sociais e económicos, como o acesso antecipado dos doentes a medicamentos inovadores, o desenvolvimento do país em inovação clínica e a atração da presença de operadores internacionais. Mas também nesta área, para sermos competitivos precisamos de rever a atual legislação

equivale a menos um terço do que a média da UE, de 3.521 euros, sendo que as despesas de saúde representaram 9,5 % do PIB (abaixo da média da UE, de 9,9 %).

Para além de um maior investimento, é também urgente olhar para os processos, morosos e burocráticos, que não facilitam a agilidade e consequentemente a nossa capacidade enquanto país de valorização e adoção da inovação farmacêutica. O acesso à inovação e a sua adoção atempada são fatores-chave que garantem a atração de investimento da IF. Portugal não pode continuar a sentir-se confortável com os tempos de acesso à inovação. Atualmente, Portugal demora, em média, 602 dias entre a autorização europeia e a disponibilização aos doentes, comparativamente com 378 dias em Espanha e com 373 dias na Grécia ([EFPIA Patients WAIT Indicator 2020 survey](#)).



Portugal
Clinical
Trials
aicib.pt

para reduzir o tempo entre a apresentação do pedido e o início do recrutamento de doentes e desenvolver capacidades na execução de ensaios.

Os ensaios clínicos permitem aos doentes e aos profissionais de saúde terem acesso às tecnologias mais avançadas e inovadoras de forma célere, podendo beneficiar de ganhos em

“Atrair mais investimento em I&D, concretamente na área de ensaios, clínicos é possível.”



saúde de modo mais efetivo. Este portal agora lançado pela APIFARMA torna mais visíveis os centros onde decorrem os ensaios clínicos, podendo ser um acelerador de recrutamento de doentes.

No longo prazo, quanto mais rápido for o recrutamento de doentes e mais eficientes forem os ensaios clínicos, mais rapidamente teremos acesso aos resultados dos mesmos e à possibilidade de aprovar os medicamentos em estudo e disponibilizá-las aos cidadãos de forma mais generalizada.

O QUE ESPERA DE 2022 E DO NOVO GOVERNO?

A minha expectativa é que o novo Governo, desde o primeiro dia, faça mudanças estruturais que permitam agilizar processos. E que as equipas tuteladas pelo Governo trabalhem em verdadeira parceria com a IF para encontrar soluções que beneficiem os doentes em prol de uma sociedade e de uma economia mais saudáveis e sustentáveis.

Espero que a saúde passe, efetivamente, a ser vista como um investimento, com benefícios claros a longo prazo e que os decisores políticos tenham a capacidade para gerir ciclos mais longos e a coragem de desafiar decisões imediatistas. Ou seja, mudar definitivamente o paradigma nas prioridades do país e colocar o acesso equitativo à saúde no topo da lista.

Propostas da APIFARMA para a próxima legislatura

Com o objetivo de contribuir positivamente para a reflexão a fazer no período pós-eleitoral, a APIFARMA apresenta quatro ideias fundamentais para melhorar o acesso a cuidados de saúde e promover a investigação farmacêutica como um relevante vector económico para o país.

Alinhar o investimento público em saúde pela média da União Europeia e da OCDE, promover a tutela económica da saúde, impulsionar Portugal como um grande centro de excelência para a prática das Ciências da Vida – Ensaios Clínicos e garantir que todos os portugueses têm acesso a medicamentos e cuidados de saúde. Estas são as traves-mestras das propostas da APIFARMA para a nova legislatura que decorrerá das eleições legislativas de 30 de janeiro.

Com o objetivo de contribuir positivamente para a reflexão a fazer no período pós-eleitoral, e tendo em conta os desafios criados pela pandemia da COVID-19, a indústria farmacêutica defende que o financiamento público em Saúde deve ser adequado às necessidades do sistema de saúde e deve permitir uma gestão mais eficiente e um melhor planeamento das instituições do Serviço Nacional de Saúde. O objetivo passa por uma aproximação à média dos países da União Europeia e da OCDE.

Sendo este o momento crucial na preparação dos próximos anos, num quadro em que a história recente reforçou a importância estratégica da Saúde no contexto nacional e global, a APIFARMA reforça a importância do setor do medicamento enquanto vector económico que se deve repercutir nas grandes decisões da Saúde. Esta indústria contribui para o aumento do valor acrescentado nacional (riqueza nacional), através da criação de empregos qualificados, da produção e exportação de produtos farmacêuticos, do desenvolvimento tecnológico, do incentivo à investigação e desenvolvimento e também da publicação de papers científicos.

Um dos objetivos estratégicos da APIFARMA é contribuir para promover Portugal como um grande centro de excelência para a prática das Ciências da Vida – Ensaios Clínicos. Assim, a criação de um ambiente favorável à inovação e ao investimento na investigação clínica e translacional em ensaios clínicos é fundamental para captar projetos internacionais estruturantes que respondam aos desafios da economia nacional, com ganhos evidentes para o doente, para o Estado e para os profissionais de saúde.

Outra das prioridades é a aposta na investigação clínica e translacional como área de interesse estratégico para o país e a promoção de Portugal enquanto centro de excelência para a prática desta investigação, sendo a meta de 800 ensaios clínicos/ano. Recorde-se que, por exemplo, o Hospital de Barcelona faz 1000 ensaios clínicos/ano.



A valorização da investigação clínica realizada com profissionais de saúde financiados pela Indústria Farmacêutica proporciona ao país expertise clínica, mais doentes tratados com terapêuticas inovadoras e mais produção de papers científicos. Por isso, deve estar a par do investimento em “ferramentas tecnológicas, como o Portal dos Ensaios Clínicos, evoluindo para uma “One Stop Shop”, dinamizando o potencial da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB)”.

Não menos importante é a aposta na prevenção e no diagnóstico precoce, que permitem evitar formas graves de doença. O acesso atempado a inovação terapêutica permite garantir medicamentos inovadores a todas as pessoas com doença, assegurando ganhos muito significativos para a qualidade de vida e longevidade da população, além da sua consequente repercussão económica.





6.^a
EDIÇÃO

PRÉMIO
APIFARMA | CLUBE DE JORNALISTAS
**JORNALISMO
EM SAÚDE**



6.^a edição do Prémio Jornalismo em Saúde APIFARMA/Clube de Jornalistas com mais categorias e prémios

A Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) e o Clube de Jornalistas lançam a 6.^a edição do Prémio Jornalismo em Saúde que, este ano, introduz duas novas categorias e apresenta um número maior de prémios, ascendendo, no total, a 21 mil euros.

As candidaturas ao galardão de Imprensa, Rádio, Televisão, Jornalismo Digital e ao Grande Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas do Prémio Jornalismo em Saúde vão estar abertas até ao dia 15 de fevereiro de 2022. O concurso estende-se, também, a recém-licenciados em Comunicação Social e Jornalismo que submetam trabalhos de âmbito académico.

O Grande Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas entregue nas edições anteriores a um trabalho já vencedor em uma das quatro categorias – Imprensa/ Rádio/ Televisão Jornalismo Digital –, conquista, este ano, autonomia, apresentando-se como uma das duas novas categorias desta edição. O Prémio Carreira APIFARMA/Clube de Jornalistas, não sujeito a concurso e atribuído por escolha do júri, caso o entenda, a um/a jornalista que se destaque na realização de trabalhos desenvolvidos na área da saúde, constitui a segunda novidade.

O valor total dos prémios a distribuir pelas diferentes categorias ascende a 21 mil euros e podem concorrer profissionais de comunicação social com carteira

profissional válida, ou recém-licenciados de cursos superiores de Comunicação Social e Jornalismo, detentores de certificado de conclusão de curso. Só serão consideradas as candidaturas de concorrentes portugueses ou de residentes em Portugal e trabalhos publicados em português.

Os candidatos devem submeter as candidaturas através do endereço eletrónico cj@clubedejornalistas.pt até às 00:00 do dia 15 de fevereiro.

O regulamento do Prémio pode ser consultado no sítio do Clube de Jornalistas, em www.clubedejornalistas.pt, e o esclarecimento de dúvidas deve ser feito através do endereço de email cj@clubedejornalistas.pt.

O “Prémio APIFARMA/ Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde” resulta de um protocolo assinado entre as duas entidades, em 2016, como os objetivos de aprofundar o papel da APIFARMA enquanto parceiro ativo da Sociedade Civil e de contribuir para a vitalidade do projecto Clube de Jornalistas.



Medicamentos inovadores responsáveis pelo aumento de 2 milhões de anos de vida saudável

Impacto dos medicamentos inovadores é extremamente significativo na longevidade e na qualidade de vida das pessoas com doença.

Em Portugal, desde 1990, os medicamentos inovadores são responsáveis pelo acréscimo de pelo menos dois milhões de anos de vida saudável (DALY), dos quais 180 mil apenas no ano de 2016. A toma destes fármacos já evitou mais de 110 mil mortes e prolongou até 10 anos a esperança de vida das pessoas com doença, revela o estudo “O Valor do Medicamento em Portugal”, elaborado em 2018 para a APIFARMA pela McKinsey & Company.

De acordo com o mesmo documento, a influência destes fármacos inovadores permite também prevenir a perda de rendimentos, quer evitando custos com internamentos em hospital ou cirurgias, como permitindo a manutenção de atividades profissionais. A redução de hospitalizações e outros custos diretos com a saúde –tratamentos prolongados, cirurgias, transplantes, entre outros-, permitem poupar cerca

de 560 milhões de euros/ ano e a manutenção de atividades produtivas geram cerca de 280 milhões de euros/ ano em rendimento adicional para as famílias (cerca de 1000 euros/ mês por agregado familiar afetado).

Ainda de salientar que o valor de anos de vida saudável ganhos à doença com a toma de medicamentos inovadores representa entre 5 e 7 mil milhões de euros/ano, acima da despesa total em medicamentos, situada nos 3,8 mil milhões de euros.

Além das mais-valias associadas ao aumento da longevidade e qualidade de vida das pessoas, a indústria farmacêutica constitui-se também como um motor de desenvolvimento económico e social dos países.



EM DESTAQUE

PODCAST APIFARMA | [PELA SUA SAÚDE](#)

O que defendem o Partido Socialista e o Partido Social Democrata para a área da Saúde na próxima legislatura foi o tema do podcast “Pela Sua Saúde”, da APIFARMA, neste mês de janeiro.

Excecionalmente composto por duas conversas, devido ao contexto eleitoral, António Lacerda Sales, o atual Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e cabeça de lista do PS pelo distrito de Leiria, e António Araújo, Coordenador Nacional para a área da Saúde do Conselho Estratégico Nacional do PSD, debateram as perspetivas para o próximo ciclo político com João Almeida Lopes, o presidente da APIFARMA.

“Em Saúde o tempo é uma variável fundamental”, alertou João Almeida Lopes, chamando a atenção para a necessidade de os doentes terem “acesso atempado aos medicamentos inovadores”. Para António Araújo, “o problema é essencialmente o preço”, passando a solução “pela partilha de risco entre a indústria e os prescritores, por forma a que o SNS pague um preço razoável pelos doentes beneficiados pelo medicamento”. Já António Sales, afirmou que “o acesso a medicamentos inovadores tem vindo a aumentar”. Recordou a “delapidação da despesa consolidada na Saúde”, no período de intervenção da troika, e defendeu que “desde 2015 e 2020 foi recuperado o que estava para trás e orçamentados mais 2,5 mil milhões de euros, sendo que, se o orçamento para 2022 tivesse passado, teria sido possível chegar aos 3,2 mil milhões de euros”.

CLIQUE AQUI PARA OUVIR



CLIQUE AQUI PARA OUVIR



ENTREVISTA APIFARMA | [A CONVERSA](#)

Óscar Gaspar

“As pessoas querem poder escolher onde vão ser tratadas”

Óscar Gaspar, presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, é o convidado deste mês da entrevista da APIFARMA. Os hospitais públicos e os hospitais privados, um dos temas estruturantes do debate nacional, marcaram a conversa. “Hoje não há sistemas (de saúde) puros”, defende, “no mundo democrático os sistemas são mistos. Compete a cada país encontrar a melhor forma de responder aos seus desafios de saúde”.

Referiu também os três milhões de portugueses com seguros de saúde e o milhão e meio de beneficiários da ADSE e de outros subsistemas, o que evita a sobrecarga acrescida do SNS e garante mais escolha para os doentes: “As pessoas querem ter a possibilidade de escolher o médico e o hospital onde vão ser tratadas”.

CLIQUE AQUI PARA VER



A disponibilidade dos hospitais privados durante a pandemia foi outro ponto abordado por Óscar Gaspar. “Sempre dissemos que estávamos ao dispor do Ministério da Saúde”, frisou, sublinhando a necessidade de um programa excecional de recuperação de listas de espera do SNS - quer de cirurgias, quer de consultas. “Os hospitais privados estiveram e estão disponíveis”, assegura.”



Legislação Janeiro 2022

Contribuições especiais sobre a indústria farmacêutica e sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde

Lei n.º 99/2021, de 31 de Dezembro, que aplica para o ano de 2022 as contribuições especiais e valor das custas processuais sobre a indústria farmacêutica e sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde.

Isenção de IVA aplicável às transmissões de dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro* e vacinas da COVID-19

Despacho n.º 12810-A/2021, 2.ª série, de 31 de Dezembro de 2021, que prorroga os efeitos da isenção de IVA aplicável às transmissões de dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro* e vacinas da COVID-19.

Comparticipação de medicamentos

Portaria n.º 3/2022, de 3 de Janeiro, que autoriza a participação, a título excepcional, dos medicamentos destinados ao tratamento da hiperfenilalaninemia (HFA) em doentes com fenilcetonúria (PKU) e em doentes com deficiência em tetrahydrobiopterina (BH4).

Medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis

Portaria n.º 14/2022, de 5 de Janeiro, primeira alteração à Portaria n.º 83/2021, de 15 de Abril, que define os requisitos para a instrução dos pedidos e procedimentos relativos à concessão de autorizações para o exercício das atividades relacionadas com o cultivo, fabrico, comércio por grosso, transporte, circulação, importação e exportação de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis.

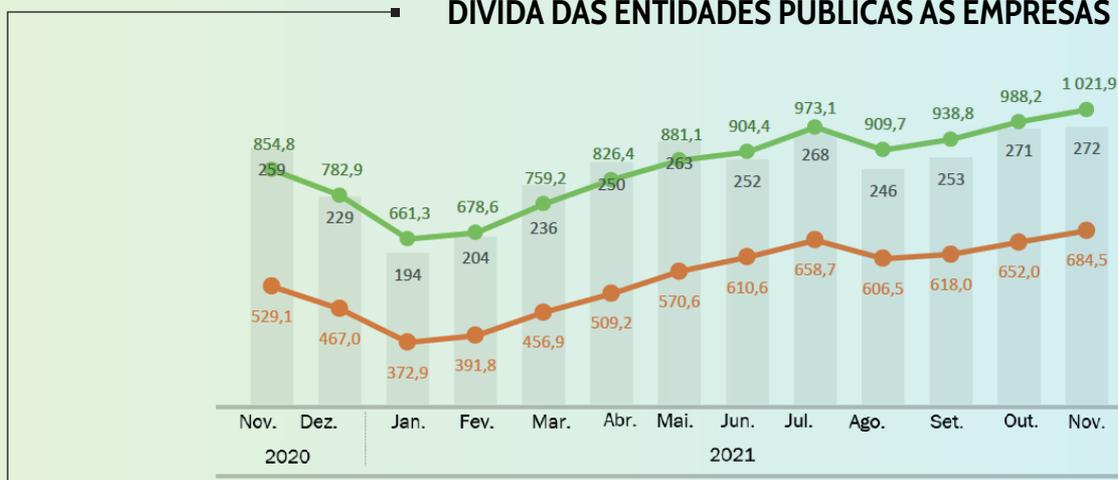




PHARMA EM NÚMEROS

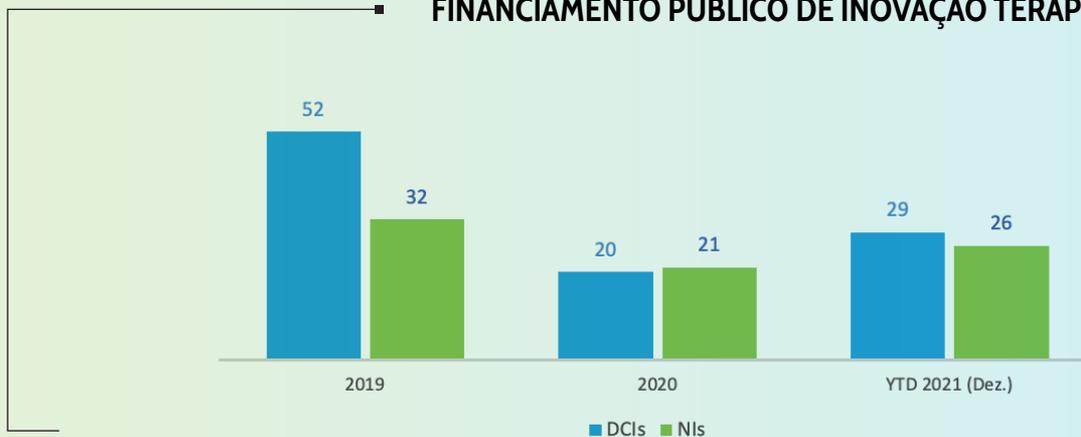
A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (SET.) 2021

DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

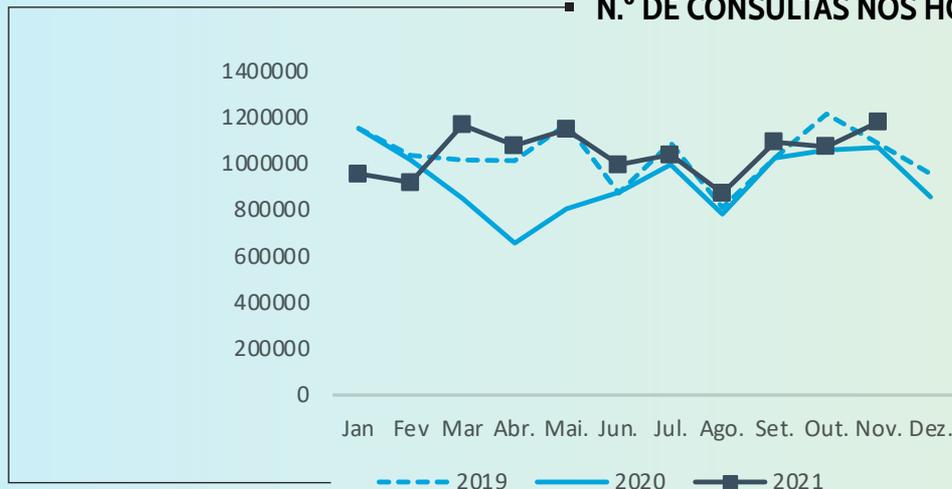
FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES



| Portal da Transparência do SNS

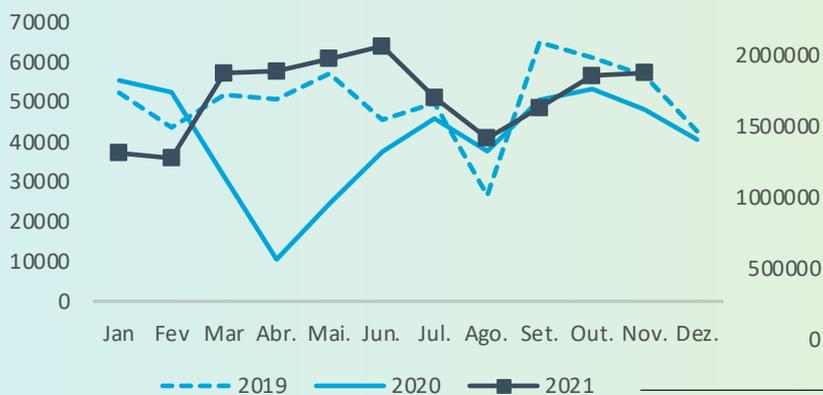
B ATIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



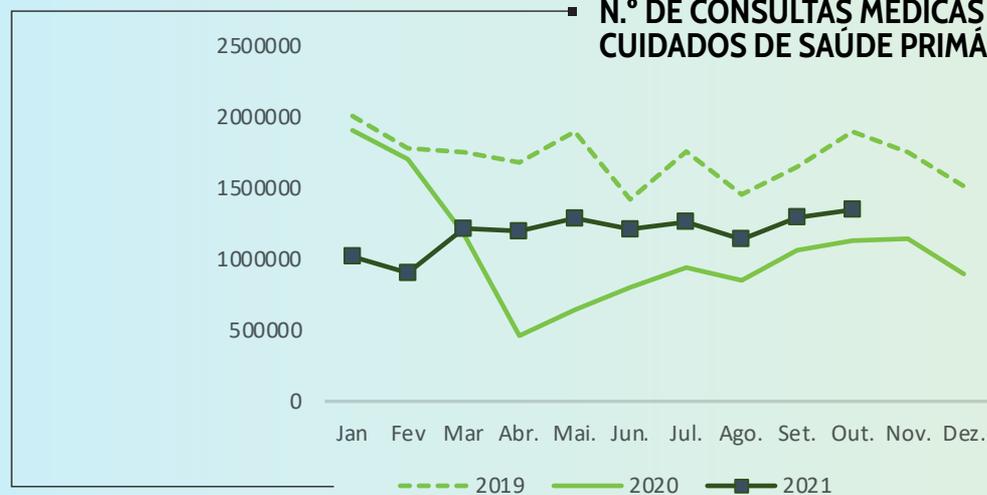
| Portal da Transparência do SNS

N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS



| Portal da Transparência do SNS

N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



| Portal da Transparência do SNS

